

A REFORMA PROCESSUAL

FÁTIMA NANCY ANDRIGHI

Ministra do Superior Tribunal de Justiça

É habitual iniciar as participações em Seminários ou outros eventos agradecendo a fidalguia do convite e, eu não serei diferente, só que, colocarei um ingrediente a mais, de cunho nostálgico – que saudade! Que prazeroso rever a minha terra! Estar com e no seio dos meus conterrâneos.

Obrigada, Prof. Ovídio Baptista pelo momento ímpar que me permite estar com os meus. E colocar um pouco de paz na minha saudade. Lembro, sempre grata, que foi o senhor Prof. Ovídio quem me trouxe a última vez que aqui estive, num encontro memorável na UNISINOS, eu ainda era desembargadora do TJDF. É a primeira vez que volto a minha terra depois de ter sido alçada ao Superior Tribunal de Justiça.

Todos sabem que há no meio de nós aqui na terra um reduzido número de anjos espalhados pelo Criador, cuja função precípua é amenizar as dificuldades de sobrevivência neste planeta dual. Identifico e ponho às claras para os senhores, um destes mensageiros do Alto é o Prof. Ovídio Baptista da Silva.

Sei que os senhores estão há muitos dias reunidos ouvindo conferências da melhor qualidade, proferidas pelos mais competentes processualistas do país. Aqueles que, na verdade, oferecem as interpretações adotadas pelos juízes e tribunais, por isso fiquei em perplexidade e, assaltou-me a crucial indagação: o que falar para uma elite de juristas?



<http://bdjur.stj.gov.br>

Tenho absoluta certeza que tudo foi dito e com as melhores luzes acerca da modernização e reforma a que está sendo submetido do Direito Processual Civil.

Tenho, também, presente o adiantado da hora de uma sexta-feira e que à noite e a cidade nos é muito mais convidativa ao lazer.

Sei que não trago nada na minha bagagem para acrescentar às aulas-magnas que aqui foram proferidas, a não ser a determinação e o propósito de promover a humanização da Justiça, utilizando-me do próprio Direito Processual Civil para alcançá-la.

Hoje, sem dúvida o Poder Judiciário está na janela do mundo e passou a ser alvo de múltiplos questionamentos acerca da sua função, da sua eficiência, da sua qualidade de serviço que oferece ao cidadão.

A exacerbada exposição nos coloca em estado de alerta, porque, o descontentamento da população com o serviço judiciário prestado pode levar algum incauto a imaginar, como já ocorreu, que o serviço que prestamos não é imprescindível no contexto social, olvidando que a democracia só existe se escorada no pilar seguro do Poder Judiciário.

A propósito de reforma, modernização, racionalização dos serviços judiciários, nos vem à mente um episódio provocativo, mas oportuno para a nossa reflexão:

Trata-se da experiência de um notável cientista que resolveu dedicar seus estudos à perpetuação da vida humana. Anos a fio de pesquisa fizeram com que optasse pelo método do congelamento.

Encontrado um cidadão que aceitou submeter-se à inusitada experiência: foram tomadas as providencias para que a urna de congelamento fosse aberta somente cem anos após, quando, então se



poderia aferir o sucesso da tão audaciosa experiência.

Cem anos depois...

A comunidade científica em imensa agitação, para não dizer frenesi, se preparava para a abertura da urna de congelamento. Para um ato de tamanha importância no campo científico, e sem precedentes, foi antecedido por incontáveis reuniões de estudos pelos cientistas responsáveis pela operação, tudo em prol do bem estar daquele ser humano que acordaria em ambiente certamente hostil considerado aquele que vivia ao ser congelado.

Várias dúvidas e incertezas pululavam na mente dos mestres, pondo-se em destaque aquela relativa à incerteza acerca do lugar na vida em sociedade que deveria o cidadão-cobaia ser acordado. A preocupação tinha justificativa, considerando as profundas transformações e avanços tecnológicos impostas ao mundo nos últimos cem anos.

Era preciso encontrar um local adequado de convivência para não causar nenhum trauma ao recém acordado.

Realizadas muitas reuniões e, depois de muito pesquisar e sopesar, os cientistas chegaram a uma conclusão: o cidadão-cobaia deveria acordar no seio da comunidade formada pelo Poder Judiciário.

Por que? Ora, porque as mudanças ocorridas no Poder Judiciário, nos últimos cem anos foram tão insignificantes, que este ser humano embora permanecendo distante da vida em sociedade, com certeza não se sentiria nem um pouco deslocado ou distante da realidade que vivia quando se submeteu à experiência.

Confesso que fiquei indignada no primeiro momento, mas depois de lembrar da necessária humildade que deve nortear principalmente a vida de um juiz, não pude deixar de reconhecer uma



porção de verdade na lorota contada.

E, porque, ousou afirmar que há uma porção de verdade. Porque a grande modificação pela qual passou o Poder Judiciário das Ordenações Filipinas até 1984 foi à adoção do uso da máquina de escrever como instrumento de agilização do procedimento.

Mas, sem receio de ser injusta ou equivocar-me, foi em 1984, com a criação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, que ocorreu a mais significativa mudança no Poder Judiciário brasileiro, cuja função precípua foi abrir mais uma porta de acesso ao Poder Judiciário.

Não posso, não devo e nunca deixo de reconhecer a significativa contribuição para os avanços da modernização e racionalização do processo civil produzida pela Reforma, ainda em andamento pelas mãos incansáveis dos Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira e Min. Athos Gusmão Carneiro, mas, ao mesmo tempo, não posso deixar de reconhecer que o Poder Judiciário brasileiro ainda não alcançou pleno êxito na entrega da prestação jurisdicional num tempo razoável.

Todos estamos acompanhando a chamada crise do processo que há muito, vem trazendo preocupação para muitos países. Referida preocupação ficou muito evidenciada quando o Presidente da Universidade de Harvard, Prof. Derek Bok, importante membro da comunidade jurídica americana, avaliou o sistema tradicional utilizado pelo Poder Judiciário americano, tendo-o como:

(...) um sistema que foi semeado de esperanças tiradas daqueles que encontram demasiada dificuldade de compreender, demasiado quixotesco para impor respeito e demasiado caro para obter resultado prático.

O que o levou a concluir que: "(...) os resultados não justificam os custos: muitas leis e pouca Justiça, muitas normas e poucos



resultados”.

Neste quadro de desânimo dos jurisdicionados americanos, por causa do tipo serviço prestado pela Justiça foi se instalando paulatinamente movimentos para adoção de métodos de solução de conflito tanto dentro quanto fora dos tribunais, cunhada com sigla conhecida mundialmente por ADR – Alternative Dispute Resolution - Resolução Alternativa de Litígios.

A eficiência do novo método de resolução de controvérsia não passou despercebida e a sua adoção foi incentivada pelos próprios governantes americanos, que passaram a adotá-las em assuntos pessoais, como:

George Washington, fez incluir uma cláusula de arbitragem em seu testamento para que eventual disputa que sobreviesse a seus herdeiros fosse solucionada por este “meio alterno”;

Abraham Lincoln, no exercício da advocacia, atuou como árbitro em uma célebre disputa entre granjeiros acerca da delimitação de suas propriedades.

Mas, mesmo com todos estes esforços de modernização e providências tomadas pelo Poder Judiciário, a sociedade americana continuava expressar intenso descontentamento com a administração da Justiça. Esse fato levou o juiz Warren Burger da Suprema Corte Americana, a convocar a célebre Conferência de Roscoe Pound. Ao abrir a Conferência o Juiz Burger assim expressou o seu temor, caso providências urgentes de reforma processual não fossem tomadas:

(...) que a sociedade americana poderia ser invalidada por bandos selvagens de advogados famintos, como uma praga de gafanhotos e um exército de juízes, e profetizou: que logo estariam chegando a um ponto em que o sistema judicial, tanto estadual, quanto federal, poderiam



literalmente, afundar antes do final do século.

Todos os seguimentos que compõe a carreira jurídica (advogados, juizes e membros do ministério público) estão preocupados com o resultado do seu trabalho, não só sob o prisma pessoal da eficiência e da qualidade dos serviços prestados, mas também sob um prisma muito mais global, atento, inclusive aos custos que envolvem uma jurisdição demorada, e os conseqüentes reflexos no erário público bem como os prejuízos reflexos causados na pacificação social, porque sem dúvida, a ausência do Poder Judiciário gera focos germinadores de violência.

Mas não só o Poder Judiciário americano se ressenete das críticas e busca soluções. Um rápido olhar pela Europa verificamos a mesma procura minuciosa para equacionar o problema da morosidade e do alto custo.

O judiciário alemão vivenciando o mesmo mal convidou o seu grande processualista Fritz Bauer para sugerir a modernização da instituição, a qual foi estruturada em seis pontos principais:

- 1) informalidade em favor da verdade;
- 2) oralidade;
- 3) especialização;
- 4) simplificação;
- 5) utilização de formulários e do correio;
- 6) valorização dos auxiliares do juiz.

O judiciário espanhol ganhou um ingrediente especial, fazendo uma investigação denominada Economia da Justiça e Política Judicial, a



qual recebeu valiosas observações do Prof. Santos Pastor, Catedrático da Universidade Carlos II, de Madri, acerca do custo de litigar e, ainda como deve ser o comportamento estratégico do Poder Judiciário. Atentos a política judicial afirmam que uma forma de minimização dos custos da prestação jurisdicional passa tanto pela modernização das normas processuais como pelo funcionamento adequado das instituições que administram a Justiça. Enfatizaram que está contido na Constituição espanhola que é dever do Estado, subscritor da Convenção Internacional dos Direitos Humanos, maximizar a eficácia do serviço judiciário mediante a diminuição dos custos do litigar e a correspondente expansão de acesso à Justiça.

Caminhando para a América Latina observa-se a mesma busca, realçando-se o trabalho do Poder Judiciário uruguaio que nos dá uma lição de humanização da Justiça, sem olvidar a criação do Código Tipo para a América. Trata-se do Convênio de Cooperação Interinstitucional com o objetivo de integração das áreas da Saúde e Justiça, subscrito pelo Ministério da Saúde Pública e a Suprema Corte de Justiça Uruguaia, disponibilizando nos hospitais públicos um balcão de acesso ao poder judiciário. Com essa providência observaram uma sensível redução de doenças psicossomáticas.

O Poder Judiciário da Colômbia atento aos reclamos da população também elaborou um plano de descongestionamento da Justiça e da prática de despacho judiciais que foram condensados na Lei 445, de 7 de julho de 1998, realçando-se como o ponto alto do plano, o recrutamento de estudantes de direito para auxiliar os juízes na elaboração dos despachos judiciais.

O Poder Judiciário brasileiro também tem sido incansável para evitar o mal produzido pela morosidade e alto custo da prestação jurisdicional.



É possível enumerar alguns:

1) A continuação da Reforma Processual com o envio de anteprojetos ao Congresso Nacional, sempre antecedidas de muito “acerto” com os vários segmentos para que o projeto não seja inviabilizado na sua tramitação.

2) Continuam os estudos de preparação do anteprojeto para instituir a mediação no país; trata-se de uma iniciativa da Escola Nacional da Magistratura, ainda sob a presidência do Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira.

3) Procura-se estender a adoção do conciliador judicial, prevista no art. 277, § 1, do Código de Processo Civil, que se tem notícia não foi implantado no país, embora a Lei que instituiu a figura seja de 1994.

4) Alguns juizes, mesmo sem respaldo legal, estão inquirindo as testemunhas baseadas no modelo da *cross examination*: o nosso sistema obriga a interposição do advogado a perguntar para o juiz, o qual repete a pergunta para a testemunha, que lhe responde para posteriormente o juiz ditar o depoimento ao digitador.

5) Para o segundo grau de jurisdição difunde-se a idéia de que em se tratando de confirmação da sentença, ficaria dispensado o voto escrito, quando a Turma utiliza os mesmos fundamentos da sentença.

6) Expedição do acórdão em tempo real, isto é, na mesma sessão de julgamento.

Humildemente temos que reconhecer que todas as providências que se tem tomado não produziram até o presente momento o efeito desejado. O Poder Judiciário continua sendo alvo de críticas e a



prestação jurisdicional não está sendo entregue num tempo razoável.

Permanece no ar a indagação: estas providências de reformar de maneira pontual o Código de Processo Civil, localizando os pontos de estrangulamento do processo, são efetivas ou estamos nos impondo mais um desgaste, porque os resultados esperados pelo jurisdicionado não acontecem.

Lembro que na década de 70 os Ministros do Supremo Tribunal Federal assumiram a responsabilidade de introduzir a chamada argüição de relevância, como mais um óbice ao conhecimento do recurso extraordinário e foram alvos de tantas críticas. Contudo, temos que reconhecer que foi uma experiência enriquecedora, porque visava debelar a grave situação conjuntural vivida pelo STF, mas de nada resolverá colocarmos o mesmo instituto com nova roupagem - questão de repercussão geral - se a essência permanece a mesma: não traz em si a potencialidade necessária para a contenção dos recursos, imprescindível para a melhoria da prestação jurisdicional, ao equilíbrio entre os interesses dos jurisdicionados e da distribuição da Justiça em tempo razoável.

É preciso refletir se não estamos nos quedando à sombra de soluções paliativas para o Direito Processual Civil, sem a coragem de enfrentarmos com autenticidade o problema que se agiganta a nossa frente.

Será que está de acordo com a capacidade física e dentro dos parâmetros mínimos de qualidade os 533 processos que julguei no mês de fevereiro último?

Será que fui eu mesma que julguei ou a minha assessoria teve papel decisivo, gizando que atuo em área de Direito Privado, onde não há repetição de demanda como ocorre no Direito Público?



Tenho me indagado se não é chegada a hora de dar o passo intrépido, impondo ao Código de Processo Civil as reformas que todos sabemos, fará a diferença, como por exemplo:

- 1) Valorizar as decisões dos juízes de primeiro grau.
- 2) Valorizar as decisões colegiadas dos Tribunais de Justiça.
- 3) Eliminar o processo cautelar, mantendo apenas o poder geral de cautela, facilitando ao máximo o seu manejo.
- 4) Eliminar os procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, instituindo um único processo, com um único procedimento, permitindo que de ofício ou a requerimento, sempre embutida nos autos, mediante simples petição o juiz possa conceder a tutela cautelar que se fizer necessária.
- 5) Modernizar a execução da sentença, considerando-a apenas mais uma fase do procedimento.
- 6) Refletir sobre um processo de execução mais efetivo no qual a interferência do Judiciário só ocorreria nas hipóteses de oposição de embargos do devedor.
- 7) Alterar o sistema de preclusão, permitindo que por ocasião da apelação todas as questões possam ser revistas, reduzindo, sobremaneira o uso do agravo de instrumento.
- 8) Atribuição de efeito unicamente devolutivo aos recursos.

Enfim o que pensamos é que está nas nossas mãos o desafio de concretizar e, principalmente, convencer os membros do Poder Legislativo da importância da verdadeira reforma.

É preciso sem preconceitos submeter-nos aos ventos da



modernidade. O verdadeiro juiz é ajustado ao seu tempo, rente aos fatos e principalmente rente à vida, nunca olvidando que por trás de cada página que compõe os autos do processo está um cidadão aflito a espera da decisão justa.

Toda vez que proferimos uma sentença de natureza terminativa deixamos o jurisdicionado em perplexidade e cultivamos a desesperança na Justiça. O Código de Processo Civil é tão complexo, minado de sinuosidade que o profissional tem que dedicar a maior parte do tempo útil para estudar a forma de condução procedimental, deixando para um segundo plano o bem da vida que a parte busca obter no seu último ancoradouro de esperança, que é o Poder Judiciário.

Pensamos que não basta ser um juiz com mesa-limpa ou sentença zero, porque nem sempre esses predicados da burocracia respeitam a necessária humanização que deve nortear o trabalho judicial.

Lidamos com os problemas mais cruciais do cidadão, como por exemplo, os dramas decorrentes de desavença familiar que constitui, com certeza, uma das causas que mais provocam inquietude na alma do ser humano e, quantas vezes, somos obrigados a dizer, processualmente, que não analisaremos o processo, porque o preparo recursal foi feito de forma insuficiente, ou não analisaremos o pedido reconvenicional porque ele não obedeceu à forma estabelecida no Código de Processo Civil.

É preciso uma pausa para reflexão se não é equivocado colocar na mesma parelha o Direito Processual e o bem da vida buscado pela parte.

Não me tomem por ingrata, pois não deixo de reconhecer o trabalho proeminente que o Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, juntamente com o Min. Athos Gusmão Carneiro vêm desenvolvendo, bem como os resultados positivos que tem alcançado com a pontual reforma



processual, mas a minha proposta na verdade beira ao sonho, e no fundo.

Aceitar o convite para vir lhes falar foi uma forma de, pessoalmente, convidá-los a sonhar comigo, e sei que estou jogando uma semente em terreno fértil, no seio de profissionais certos e, na hora certa.

Como sonhar combina com história, remato lhes narrando uma que se faz oportuna:

Numa terra em guerra, havia um rei que causava espanto.

Cada vez que fazia prisioneiros, não os matava, levava-os a uma sala, que tinha um grupo de arqueiros em um canto e uma imensa porta de ferro do outro, a qual haviam gravadas figuras de caveiras cobertas por sangue.

Nesta sala ele os fazia ficar em círculo, e então dizia: “você podem escolher morrer flechados por meus arqueiros, ou passarem por aquela porta e por mim lá serem trancados.”

Todos os que ali passaram, escolhiam serem mortos pelos arqueiros.

Ao término da guerra, um soldado que por muito tempo servira o rei disse-lhe:

-Senhor posso lhe fazer uma pergunta?

-Diga soldado.

-O que havia por detrás da assustadora porta?

-Vá e veja.

O soldado então a abre vagarosamente, e percebe que à medida que o faz, raios de sol vão adentrando e clareando o ambiente, até que totalmente aberta nota que a porta levava a um caminho que saíria rumo à liberdade.

Quantas portas deixamos de abrir pelo medo de arriscar?

Quantas vezes perdemos a liberdade e morremos por dentro, apenas por sentirmos medo de abrir a porta de nossos sonhos?

